

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Rua Alfred Jurzykowski, 562 - Prédio 20, 2º andar - Bairro Paulicéia
CEP: 09680-900 - São Bernardo do Campo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		97.373	120.338
Disponibilidades	4	248	564
Instrumentos financeiros		96.661	80.228
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	51.015	8.203
Operações de arrendamentos mercantil	5h	45.646	72.025
Outros ativos	7	2.150	42.943
Despesas antecipadas		141	85
Diversos		2.009	42.858
(-) Provisões		(1.686)	(3.397)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5i	(1.686)	(3.397)
Não circulante		73.833	104.200
Instrumentos financeiros		17.061	46.302
Operações de arrendamentos mercantil	5h	17.061	46.302
(-) Provisões		(936)	(2.248)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5i	(936)	(2.248)
Ativo fiscal diferido		36.066	34.166
Ativo fiscal diferido	6	36.066	34.166
Outros ativos		21.639	25.975
Diversos	7	21.639	25.975
Permanente		3	5
Imobilizado		3	5
Imobilizado de uso próprio		45	173
(Depreciações acumuladas)		(42)	(168)
Total do ativo		171.206	224.538

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Patrimônio Líquido e Resultado
O patrimônio líquido da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 115.233 mil (2021 - R\$ 109.989 mil) um crescimento de 4,8%.
O lucro líquido no final do exercício foi de R\$ 5.244 mil (2021 - R\$ 6.120 mil).

Índice da Basileia
O índice de adequação de capital regulamentar é efetuado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A., composto pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., líder do conglomerado e pela Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil e em conformidade com a regulamentação atual e, para 31 de dezembro de 2022 o índice é de 11,12% (14,30% em 31 de dezembro de

2021), o Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 2.302.110 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.225.477 mil em 2021) e o Patrimônio Mínimo Exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 1.656.860 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.245.048 mil em 2021).

Agradecimentos
Agradecemos ao acionista, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que, mesmo diante de um cenário de crise, atenderam e se comprometeram com o funcionamento das nossas operações possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços e a obtenção de resultados sólidos.
São Bernardo do Campo, 24 de março de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022

	Nota	<i>(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)</i>		
		2º sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		6.587	13.128	19.518
Resultado de operações de arrendamento mercantil	5	4.399	10.408	19.214
Rendas de aplicações em instrumentos financeiros	4	1.275	1.807	304
Rendas com títulos e valores mobiliários		913	913	
Despesas da intermediação financeira		-	(1.526)	(2.996)
Operações de captação no mercado	8	-	(1.526)	(2.996)
Resultado bruto da intermediação financeira		6.587	11.602	16.522
Outras receitas operacionais	12	4.243	7.448	5.362
Rendas de tarifas bancárias		48	80	201
Outras receitas operacionais		4.195	7.368	5.161
Outras despesas operacionais	13	(4.558)	(11.915)	(9.863)
Outras despesas administrativas		(2.053)	(4.185)	(4.915)
Outras despesas operacionais		(2.505)	(7.730)	(4.948)
Provisões		(669)	(2.307)	(6.973)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	1.875	(4.423)	(411)
Provisões para contingências	9	(2.544)	2.116	(6.562)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.603	4.828	5.048
Imposto de renda e contribuição social	14	(788)	416	1.072
Provisão para imposto de renda		805	1.772	160
Provisão para contribuição social		-	42	(448)
Ativo fiscal diferido		(1.593)	(1.398)	1.360
Lucro líquido do período/exercício		4.815	5.244	6.120
Quantidade de ações		189.044.413	189.044.413	189.044.413
Lucro líquido por ação:		0,025	0,028	0,032

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022

	2º sem/2022	<i>(Em milhares de Reais)</i>	
		31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período/exercício	4.815	5.244	6.120
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-
Resultado abrangente do período/exercício	4.815	5.244	6.120

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022

	<i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2º sem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações - ajustado	6.273	7.137	12.022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	5.603	4.828	5.048
Ajustes do resultado antes da tributação sobre o lucro e participações:	670	2.309	6.974
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.875)	4.423	411
Provisões para contingências	2.544	(2.116)	6.562
Depreciação e amortização	1	2	1
Varição de ativos e obrigações	31.540	35.359	(17.533)
(Aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado	(692)	(2.395)	(1.781)
Redução de operações de arrendamento mercantil	17.159	48.174	29.230
(Aumento)/redução de outros ativos (Redução) de depósitos e demais instrumentos financeiros	-	(50.530)	(35.671)
(Redução) de provisões	(2.160)	(2.763)	(1.812)
Recolhimento de impostos e contribuições sobre o lucro (Redução)/aumento de outros passivos	(372)	(2.428)	(3.901)
Caixa líquido proveniente/aplicado em atividades operacionais	1.783	1.075	(4)
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	37.813	42.496	(5.511)
Caixa e equivalente de caixa no início do período/exercício	13.450	8.767	14.278
Caixa e equivalente de caixa no fim do período/exercício	51.263	51.263	8.767
Aumento/(redução) de caixa e equivalente de caixa	37.813	42.496	(5.511)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

23 de junho de 2022 o Ato nº 52 prorrogando a vigência da majoração de alíquota da CSLL por mais 60 dias tornando a vigência da majoração até 28 de fevereiro de 2023.

h. Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Resultado de exercícios futuros - Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de janeiro de 2022 extinguiu a conta Rendas de Exercícios Futuros, em função disso, os saldos existentes, assim como as novas operações, passaram a ser registrados na rubrica de credores diversos país.

Provisões para redução ao valor recuperável de outros ativos - A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2022	2021
Disponibilidades	248	564
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	51.015	8.203
Total	51.263	8.767

¹ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez no 2º semestre foi de R\$ 1.275, no exercício de 2022 R\$ 1.807 (R\$ 304 em 2021), apresentado na rubrica "Rendas de aplicações em instrumentos financeiros".

5. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
a. Composição da carteira de arrendamento mercantil
O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), são contabilizados em diversas contas patrimoniais, as quais são unificadas no Balanço Patrimonial para apresentar o seu valor presente conforme segue:

www.bancomercedes-benz.com.br

continua*

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2022

	<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	183.253	8.620	(88.004)	103.869
Resultado líquido do período/exercício	-	-	6.120	6.120
Destinação:				
Reserva legal		306	(306)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	183.253	8.926	(82.190)	109.989
Mutações do período/exercício	-	306	5.814	6.120
Saldos em 1º de janeiro de 2022	183.253	8.926	(82.190)	109.989
Resultado líquido do período/exercício	-	-	5.244	5.244
Destinação:				
Reserva legal		263	(263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	183.253	9.189	(77.209)	115.233
Mutações do período/exercício	-	263	4.981	5.244
Saldos em 1º de julho de 2022	183.253	8.948	(81.783)	110.418
Resultado líquido do período	-	-	4.815	4.815
Destinação:				
Reserva legal		241	(241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	183.253	9.189	(77.209)	115.233
Mutações do período	-	241	4.574	4.815

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76, controlada diretamente pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., com sede na cidade de São Bernardo do Campo - SP na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento mercantil definidas pela legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil (BACEN). Sua controladora final é a Daimler Truck AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). As Demonstrações Financeiras Individuais da sociedade de arrendamento mercantil, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As Demonstrações Financeiras Individuais incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não há resultados não recorrentes a serem apresentados nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Estimativas contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e da provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d. Arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O saldo de arrendamentos a receber está representado pelos valores das prestações a receber no prazo do contrato, atualizadas monetariamente de acordo com os índices e critérios estabelecidos contratualmente, deduzidos pelas rendas de arrendamento a apropriar as quais são representadas pelas prestações a receber no prazo do contrato e são atualizadas monetariamente na forma dos arrendamentos a receber. A apropriação ao resultado é efetuada no momento em que as contraprestações se tornam exigíveis. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG) são registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Operações de arrendamento mercantil" até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superavaliação/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento

da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações de arrendamento mercantil com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. A Sociedade optou por não adotar a contagem em dobro das operações de crédito com prazo a decorrer superior a 3 anos. As rendas das operações que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 5.

Imobilizado de arrendamento: demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação: reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil, segundo determinado pela Portaria MF nº 140/84;

- Perdas de arrendamento a amortizar: referem-se ao valor residual atribuído, conforme determinado pela Portaria MF nº 564/78. Tais valores estão sendo amortizados pelo prazo remanescente de

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Rua Alfred Jurzykowski, 562 - Prédio 20, 2º andar - Bairro Paulicéia
CEP: 09680-900 - São Bernardo do Campo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2022

	2022	2021
Operações de arrendamento mercantil	49.666	97.599
Financeiro	49.666	97.599
Arrendamentos financeiros a receber	54.076	105.063
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(53.699)	(103.703)
Credores por recebimentos antecipados	(127)	(680)
Credores por antecipação de valor residual	(6.765)	(7.690)
Imobilizado de arrendamentos financeiros	135.121	192.604
Depreciação acumulada de arrendamentos financeiros	(59.560)	(81.685)
Superveniência/Insuficiência de depreciação	(19.380)	(6.310)
Operacional	13.041	20.728
Arrendamentos operacionais a receber	2.893	6.059
Rendas a apropriar de arrendamentos operacionais	(2.766)	(5.863)
Imobilizado de arrendamentos operacionais	15.508	26.914
Depreciação acumulada de arrendamentos operacionais	(2.594)	(6.382)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiro	62.707	118.327

b. Imobilizado de arrendamento

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e equipamentos	297	(84)	213	1.001	(619)	382
Veículos e afins	150.332	(62.070)	88.262	218.517	(87.448)	131.069
Superv. Insuf. de depreciação	-	(19.380)	(19.380)	-	(6.310)	(6.310)
Total	150.629	(81.534)	69.095	219.518	(94.377)	125.141

e. Composição das operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, nos correspondentes níveis de risco e segregado por créditos em curso normal e operações vencidas

Nível de risco	% provisão mínima requerida	Curso normal		Curso anormal		Total	
		Valor presente	Provisão mínima requerida	Valor presente	Provisão mínima requerida	Valor presente	Provisão
AA	0%	13.596	-	-	-	13.596	-
A	0,50%	42.309	(211)	-	(85)	42.309	(296)
B	1%	2.805	(28)	-	(11)	2.805	(39)
C	3%	824	(25)	842	(25)	1.666	(50)
D	10%	-	-	105	(11)	105	(11)
H	100%	2.226	(2.226)	-	-	2.226	(2.226)
Total		61.760	(2.490)	947	(36)	62.707	(2.622)

% sobre o total do risco

	2022	2021
AA	0%	21.375
A	0,50%	75.104
B	1%	3.799
C	3%	1.377
D	10%	-
E	30%	253
F	50%	7.845
H	100%	33
Total		109.786

% sobre o total do risco

* A provisão adicional é constituída considerando o modelo de provisionamento definido, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos.

f. Composição das operações de arrendamento mercantil e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, por diversificação e por setor econômico

Nível de risco	2022			2021		
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	Valor presente	Provisão
AA	-	10	13.586	-	13.596	-
A	9.550	2.511	30.248	-	42.309	(296)
B	-	1.364	1.441	-	2.805	(39)
C	-	-	1.666	-	1.666	(50)
D	105	-	-	-	105	(11)
H	-	-	2.226	-	2.226	(2.226)
Total	9.655	3.885	49.167	-	62.707	(2.622)

Nível de risco	2022			2021		
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	Valor presente	Provisão
AA	-	291	21.084	-	21.375	-
A	4.594	5.462	65.048	-	75.104	(526)
B	-	19	3.773	7	3.799	(53)
C	-	-	2.483	7	2.483	(74)
D	-	-	7.191	-	7.191	(719)
E	-	-	253	-	253	(77)
F	-	-	7.852	-	7.852	(3.926)
H	-	-	270	-	270	(270)
Total	4.594	5.772	107.954	7	118.327	(5.645)

g. Concentração das operações de arrendamento mercantil

	2022		2021	
	Valor presente	Proporção Crédito(%)	Valor presente	Proporção Crédito(%)
10 maiores devedores	43.287	69,03%	77.818	65,77%
20 maiores devedores	55.088	87,85%	98.064	82,88%
30 maiores devedores	60.328	96,21%	108.577	91,76%
50 maiores devedores	62.691	99,97%	115.674	97,76%
100 maiores devedores	62.707	100,00%	118.327	100,00%

Para o cálculo de concentração máxima, definida pelo Banco Central do Brasil, de maiores clientes é utilizada a carteira total do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. (Nota 16f).

h. Composição das operações de arrendamento mercantil por prazo de vencimento de parcelas

	2022	2021
Vencidas:	773	1.489
Até 90 dias	773	1.482
91 a 360 dias	-	27
A vencer:	61.934	116.838
Até 90 dias	13.610	20.175
91 a 360 dias	31.263	50.361
Acima de 360 dias	17.061	46.302
Total	62.707	118.327

i. Movimentação das contas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito incluídos das operações de arrendamento mercantil baixados como prejuízo

	2º sem/2022	2022	2021
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.710)	(5.645)	(5.234)
Saldo inicial	1.874	(4.423)	(411)
Baixa de arrendamentos compensados contra provisão	7.214	7.446	-
Saldo final	(2.622)	(2.622)	(5.645)
Arrendamentos baixados como prejuízo¹	59.828	60.222	62.070
Saldo inicial	7.214	7.446	-
Operações registradas como prejuízo	(1.443)	(1.590)	(367)
Recuperação de arrendamentos baixados como prejuízo	(661)	(1.140)	(1.481)
Descontos concedidos	64.938	64.938	60.222
Saldo final	64.938	64.938	60.222

¹ As operações de arrendamentos baixadas para prejuízo são registradas em contas de compensação.

Os créditos renegociados totalizaram R\$ 485 no exercício de 2022 (R\$ 19.913 em 2021-valor expressivo em função de renegociação emergencial devido à Covid-19). A Administração considera como renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculados sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias.

Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais serão realizados de acordo com a ocorrência de lucros tributáveis e os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas ou quando se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2022			2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.029	2.417	6.446	3.238	1.943	5.181
Provisão para contingências fiscais	5.693	3.416	9.109	5.619	3.371	8.990
Provisão para contingências cíveis	4.093	2.455	6.548	5.662	3.397	9.059
Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	-	-	75	45	120
Provisão de Insuficiência	4.844	-	4.844	1.547	-	1.547
Outros	1.074	644	1.718	1.535	921	2.456
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	-	7.401	7.401	30	6.783	6.813
Total de créditos tributários	19.733	16.333	36.066	17.706	16.460	34.166
Obrigações fiscais diferidas líquidas dos créditos tributários	19.733	16.333	36.066	17.706	16.460	34.166

c. Resultado com operações de arrendamento mercantil

	2º sem/2022	2022	2021
Arrendamento financeiro	(524)	3.865	9.349
Rendas de arrendamento financeiro	26.927	57.615	70.275
Subsídio de arrendamento financeiro	-	-	22
Depreciação de bens de arrendamento financeiro	(18.419)	(40.637)	(50.054)
Insuficiência de depreciação	(9.032)	(13.113)	(10.894)
Arrendamento operacional	1.393	2.697	6.234
Rendas de arrendamento operacional	2.048	4.440	10.974
Depreciação de bens de arrendamento operacional	(2.681)	(5.940)	(10.540)
Depreciação econômica de bens de arrendamento operacional	2.026	4.197	5.800
Lucro na alienação de bens arrendados	3.530	3.846	3.631
Total	4.399	10.408	19.214

d. Superveniência/Insuficiência de depreciação

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para instituições de arrendamento mercantil. De acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, a Sociedade registrou um ajuste em insuficiência de depreciação no exercício de 2022 no valor de R\$ 13.113 (R\$ 10.894 em 2021), classificada em despesas de operações de arrendamento mercantil financeiro, equivalentes ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinados com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo do ajuste para insuficiência de depreciação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 19.380 (R\$ 6.310 em 2021) está classificado na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", no balanço patrimonial. O ajuste para insuficiência gerou um Ativo Diferido de R\$ 4.845 em 2022 e (R\$ 1.547 em 2021), registrados na rubrica "Obrigações fiscais diferidas" (Nota 6a).

b. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Nível de risco	2022		2021	
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.181	3.241	(1.976)	6.446
Provisão para contingências fiscais	8.990	119	-	9.109
Provisão para contingências cíveis	9.059	223	(2.734)	6.548
Provisão para desvalorização de bens não de uso	120	-	(120)	-
Outros	4.003	3.311	(752)	6.562
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	27.353	6.894	(5.582)	28.665
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	6.813	618	(30)	7.401
Total de créditos tributários	34.166	7.512	(5.612)	36.066
Créditos tributários líquido das operações fiscais diferidas	34.166	7.512	(5.612)	36.066

b. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Nível de risco	2022			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.120	1.223	(1.162)	5.181
Provisão para contingências fiscais	8.484	506	-	8.990
Provisão para contingências cíveis	7.811	1.525	(277)	9.059
Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	120	-	120
Outros	2.534	2.312	(843)	4.003
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	23.949	5.686	(2.282)	27.353
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	7.311	-	(498)	6.813
Total de créditos tributários	31.260	5.686	(2.780)	34.166
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação	(1.177)	-	1.177	-
Créditos tributários líquido das operações fiscais diferidas	30.083	5.686	(1.603)	34.166

Os valores registrados como créditos tributários atendem aos critérios definidos na Resolução CMN nº 3.355/06. Os requisitos estabelecidos no artigo 1º, inciso II, da citada Resolução, não se aplicam aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, até o limite das obrigações fiscais correspondentes, no que se refere ao prazo de realização, conforme estabelecido no artigo 5º inciso III §2º.

Os créditos tributários serão realizados no prazo máximo de 10 anos, à medida que as diferenças temporárias, sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Exercício	Diferenças Temporárias		Base Negativa		Valor social presente
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Valor presente	
2023	9.291	2.668	151	10.588	
2024	38	23	167	174	
2025	43	26	180	166	
2026	569	341	190	643	
2027	2	1	198	103	
Após 2027	9.789	5.873	6.515	9.909	
Total	19.732	8.932	7.401	21.583	

O valor presente dos créditos tributários, calculados com base na taxa média de captação é de R\$ 21.583 no exercício de 2022 (R\$ 20.016 em 2021). No exercício de 2022 o montante do crédito tributário não contabilizado de imposto de renda proveniente de prejuízo fiscal foi de R\$ 111.173, o qual será registrado contabilmente em "Créditos Tributários" quando apresentar efetiva perspectiva de realização.

7. OUTROS ATIVOS

a. Despesas antecipadas

	2022	2021
Circulante	141	85
Comissões de fianças	141	85
Total	141	85
b. Diversos	2.009	42.858
Circulante	2.009	42.858
Impostos e contribuições a compensar	1.219	1.043
Títulos e créditos a receber ¹	-	41.690
Devedores diversos - País	790	125
Não circulante	21.639	25.975
Devedores por depósitos em garantia (Nota 9a)	21.639	

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Rua Alfred Jurzykowski, 562 - Prédio 20, 2º andar - Bairro Paulicéia
CEP: 09680-900 - São Bernardo do Campo - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 31 de Dezembro de 2022

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. pactuou com as empresas do Grupo cessão de parte de seu prejuízo fiscal. Essas optaram por valer-se dos benefícios trazidos pelo § 2º do artigo 1º da Lei nº 13.202, de 08 de dezembro de 2015 (conversão da MP nº 685, de 21 de julho de 2015), Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.037 de 28 de julho de 2015, alterada pela Portaria RFB/PGFN nº 1.399 de 30 de setembro de 2015, e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 15 de 22 de agosto de 2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 21 de 17 de novembro de 2014, mediante a utilização parcial de seus prejuízos fiscais para quitação integral antecipada de débito fiscal parcelado de empresa do Grupo.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco") na execução de suas atividades. Os custos pela utilização dessa estrutura são contabilizados através de contratos de convênio mantidos entre as partes e, por este motivo a remuneração do pessoal-chave da Administração está sendo apresentada nas Demonstrações Financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. composto por Banco e Leasing.

b. Operações com partes relacionadas

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. mantém transações com controladora direta, indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos estão assim demonstrados:

Descrição	2022			Total
	Controladora - direta no país ¹	Coligadas no país ²	Outras ³	
Receitas/(Despesas)				
Operações de captação no mercado	(1.526)	-	-	(1.526)
Rendidas de atualizações monetárias ativas ⁶	-	-	2.395	2.395
Outras despesas administrativas ⁴	(498)	(1)	-	(499)

Descrição	2021			Total
	Controladora - direta no país ¹	Coligadas no país ²	Outras ³	
Ativo				
Outros Ativos - Diversos ⁶	-	-	41.690	41.690
Passivo				
Depósitos interfinanceiros	50.530	-	-	50.530
Receitas/(Despesas)				
Operações de captação no mercado	(2.996)	-	-	(2.996)
Receitas de subsídios ⁵	-	-	22	22
Rendidas de atualizações monetárias ativas ⁶	-	-	1.781	1.781
Outras despesas administrativas ⁴	(438)	(8)	-	(446)

¹ Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

² Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.

³ Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

⁴ Despesas de prestação de serviços e outras despesas administrativas - referem-se a instrumento particular de compartilhamento e reembolso de despesas e outras avenças.

⁵ Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de arrendamentos, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

⁶ Créditos com características de concessão de créditos referente ao contrato de venda do prejuízo fiscal da Mercedes-Benz Leasing para a Mercedes-Benz do Brasil (Nota 7).

c. Operações de crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

• As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.

• O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e

- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão de riscos da Sociedade é feita de forma consolidada e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Daimler Truck Financial Services estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna. A estrutura de gerenciamento de riscos foi instituída de riscos de mercado e liquidez compatível com o porte do Conglomerado, conforme Resolução CMN nº 4.557/17.

Estão contemplados os seguintes riscos:

a. Operacional e cibernético

As áreas de negócio, através de seus gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de *Compliance & Governance*, com a supervisão do Comitê de Risco, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado.

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- Entendimento de processo;
- Identificação de riscos e controles;
- Sugestões de novos controles e planos de ação;
- Testes de controles;
- Monitoramento.

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia de abordagem padronizada para o cálculo de alocação de capital.

Para fazer face à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam as plataformas tecnológicas e de negócios da instituição. O Conglomerado considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27001 como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de *hardware* e *software*, correlação de log de atividades e prevenção e remediação de *malware*.

b. Mercado, IRRBB e Liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é centralizada e independente e está sob a responsabilidade da Gerência de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Com o intuito de controlar a estratégia adotada pela organização foi instituído um Comitê específico que, aprova políticas, procedimentos, estrutura e limites operacionais com objetivo de controlar a estratégia adotada pela organização, alinhando-a com os requerimentos da matriz (Daimler Truck AG), Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

O risco de mercado configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o banco não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados à arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB (*"Interest Rate Risk on Banking Book"*) é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado que todas as operações de crédito, como as de suporte, do banco são voltadas a carteira *banking*, o IRRBB é um risco considerado relevante para banco e é tratado de forma extensiva.

A metodologia de controle de exposição aos riscos inclui:

- Cálculo e acompanhamento da evolução do EVE/NII;
- Testes de estresse de mercado;
- Projeção diária de caixa 120 dias;
- Projeção de encerramento mensal de caixa (*Cashflow 12 months*);
- *"Gap analysis"*- estratégia de descasamento entre ativo e passivo;
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES);
- Testes de estresse de liquidez;
- Outros.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

O acompanhamento contínuo e resultado do teste do risco da taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) utiliza a metodologia da ferramenta do delta EVE e delta NII de acordo com Circular nº 3.876/18 do BACEN.

Cenário-Base	2022	
	I	II
EVE	2.761.994	(91.671)
NII	108.672	(37.221)

Análise de sensibilidade da carteira

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar às demais análises da companhia. O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado, Cupom de inflação e Dólar.

O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2022 para a carteira *banking*:

	2022		
	I	II	III
Prefixado	(91.701)	(113.880)	(135.751)
Cupom de inflação	(57)	(70)	(83)
Dólar	86	128	169
Total	(91.672)	(113.822)	(135.665)

O cenário I foi estabelecido com base nos parâmetros da metodologia padronizada pelo Banco Central na Circular nº 3.876/18 do BACEN. Para o cenário II, foi considerado um fator de deterioração de 25% sobre o cenário anterior. Para o cenário de estresse III, foi considerado um fator de deterioração de 50% sobre o cenário inicial.

c. Crédito

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte da instituição.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, o Conglomerado tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito, arrendamento e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e emitir estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

d. Risco Social, Ambiental e Climático

É proveniente da possibilidade de perdas financeiras incorridas pelo descumprimento de deveres e obrigações dos indivíduos e empresas para com a sociedade em geral, bem como ao respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de ações que resultem na preservação ambiental e climática.

O Banco Mercedes-Benz inicia sua análise internamente, colocando em primeiro lugar a sua responsabilidade social com seus colaboradores e o respeito ao meio ambiente, recusando qualquer tipo de discriminação na contratação e no emprego, recusando também a escravidão, o trabalho infantil, as ameaças a pessoas que defendem os direitos humanos e quaisquer outras infrações dos direitos humanos. Além de ter atenção especial à proteção de direitos trabalhistas fundamentais.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição aos riscos abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco Mercedes-Benz e a Mercedes-Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição aos riscos.

Relatórios com situação de exposição aos riscos e seus limites operacionais são observados e analisados pela área de gerenciamento de riscos e seu cumprimento é apresentado durante o comitê de risco.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte estão claramente documentados através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

e. Divulgação de Informações

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2022 o índice é de 11,12% (14,30% em 2021), conforme apresentado abaixo:

	2022	2021
Índice da Basileia III		
Patrimônio de Referência (PR)	2.302.110	2.225.477
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	20.710.744	15.563.096
Risco de Crédito (RWACPAD)	19.583.581	14.428.431
Privado não bancário	18.753.935	13.732.924
Público federal não bancário	748.859	570.749
Privado bancário	80.787	124.758
Risco Operacional (RWAOPAD)	1.127.163	1.134.665
PR Mínimo para RWA ¹	1.656.860	1.245.048
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	645.250	980.429
IB - Índice da Basileia	11,12%	14,30%
Adicional de Conservação de Capital Principal	517.769	311.262
Margem Patrimônio de Referência - 8%	553.578	841.915

¹ Corresponde à aplicação da alíquota de 8% sobre a rubrica "Ativos ponderados pelo risco (RWA)".

f. Concentração dos principais clientes

É realizado mensalmente o gerenciamento da concentração de clientes na carteira do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. para atendimento à Resolução CMN nº 4.677/18, conforme apresentado abaixo:

Clientes (posição)	2022		2021	
	Valor presente	Proporção do PR (%)	Valor presente	Proporção do PR (%)
1º	483.435	21,00%	424.089	19,06%
2º	433.315	18,82%	330.671	14,86%
3º	425.629	18,49%	316.480	14,22%
4º	407.724	17,71%	308.656	13,87%
5º	401.095	17,42%	240.781	10,82%
6º	344.508	14,96%	201.607	9,06%
7º	295.855	12,85%	185.647	8,34%
8º	250.936	10,90%	174.346	7,83%
9º	250.166	10,87%	173.284	7,79%
10º	226.849	9,85%	155.225	6,97%

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprindo os requerimentos do órgão regulador.

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

h. Informações adicionais

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/20 que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2021, informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3, disponível no *websites: www.bancomercedes-benz.com.br* na rota: "o Banco Mercedes-Benz" seguido de "Relacionamento com o Investidor".

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Normas, alterações e interpretações de normas

O Conselho Monetário Nacional emitiu em 25 de novembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.966/21 cujo objetivo é reduzir assimetrias e efetuar uma harmonização entre o padrão COSIF (normas locais emitidas pelo Banco Central do Brasil) em relação às normas e padrões internacionais de contabilidade para instrumentos financeiros (IFRS 9 - instrumentos financeiros).

A norma dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros no tocante ao cálculo de perdas esperadas, classificação e mensuração *além* da designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A resolução determina a aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025, e, não obstante, em 23 de junho de 2022, o Banco Central do Brasil publicou normativa contábil complementar, intitulada como Resolução CMN nº 5.019/22, na qual determinou não mais ser necessário remeter à autoridade monetária o Plano de Implementação até 30 de junho de 2022 (data originalmente prevista no artigo nº 76 da Resolução CMN nº 4.966/21), mas sim elaborá-lo até 31 de dezembro de 2022 e mantê-lo à disposição do Banco Central do Brasil.

O Plano de Implementação do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., foi aprovado pela Administração em 26 de janeiro de 2023 e, atendendo a uma solicitação do Banco Central do Brasil, o documento foi enviado para o referido órgão em 30 de janeiro de 2023.

DIRETORIA

DIEGO JULIO NOVELLINO
Diretor

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

MARCELLO LARUSSA
Diretor

VIVIANE JACOB
Diretora

RENATO HIDEO WATANABE
CRC 1SP 119899/O-8

CONTADOR

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores do Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de a ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

www.bancomercedes-benz.com.br